

## AS MULHERES, A ECONOMIA DO CAPITALISMO E O IMPERATIVO DA DIFERENÇA SEXUAL

Astrid Kellen Brito Lacerda<sup>1</sup>  
Anna Costa Pinto Ribeiro<sup>2</sup>

### RESUMO:

A crítica da posição social das mulheres nos sistemas de trocas, especialmente no cenário do capitalismo, tem sido um tema comum entre os estudos de gênero e os diálogos propostos atualmente pela psicanálise. De um lado, contesta-se a pretensa liberdade feminina na hierarquia das relações de trabalho do capitalismo, na qual a mulheres finalmente poderiam ascender jurídica e individualmente. Do outro, coloca-se em debate a necessidade de repensar a representação do feminino no contexto dessas relações econômicas. A obra de Heleieth Saffioti, em particular, consegue reunir essas duas abordagens em uma análise atenta e cuidadosa sobre a origem e consolidação da sociedade de classes. A autora defende a hipótese de que a subordinação das mulheres no contexto do capitalismo está íntima e diretamente relacionada com a opressão de classe. Ao mesmo tempo, reconhece que a teoria da sexualidade, tal como concebida por Freud, na tentativa de explicar as diferenças psíquicas entre os sexos legitima uma condição de subordinação do sexo feminino pelo recurso à anatomia. É precisamente a construção desse debate, situado entre a análise sociológica de Saffioti e as concepções metapsicológicas freudianas, o objetivo do ensaio teórico pretendido neste artigo.

Palavras-chave: Capitalismo. Diferença sexual. Mulher. Psicanálise.

## WOMEN, THE ECONOMY OF CAPITALISM AND THE IMPERATIVE OF SEXUAL DIFFERENCE

### ABSTRACT:

The critique of women's social position in exchange systems, especially in the scenario of capitalism, has been a common theme between gender studies and the dialogues currently proposed by psychoanalysis. On the one hand, the alleged female freedom in the hierarchy of capitalist labor relations is contested, in which women could finally ascend legally and individually. On the other hand, the need to rethink the representation of the feminine in the context of these economic relations is debated. The work of Heleieth Saffioti, in particular, manages to bring these two approaches together in an attentive and careful analysis of the origin and consolidation of class society. The author defends the hypothesis that the subordination of women in the context of capitalism is intimately and directly related to class oppression. At the same time, she recognizes that the theory of sexuality, as conceived by Freud, in attempt to explain the psychic differences between the sexes, legitimizes a condition of female

---

<sup>1</sup> Graduada em Design de Moda pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES-JF). Discente do curso de pós-graduação em Teoria Psicanalítica: clínica e cultura do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: hello@astridlacerda.com

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: annaribeiro@uniacademia.edu.br

subordination through the use of anatomy. It is precisely the construction of this debate, situated between Saffioti's sociological analysis and Freudian metapsychological conceptions, the major objective of the theoretical essay intended in this paper.

Keywords: Capitalism. Sexual difference. Woman. Psychoanalysis.

## 1 INTRODUÇÃO

Em *A mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*<sup>3</sup>, Heleieth Saffioti (1976a) é categórica ao afirmar: “em todas as épocas e lugares tem ela [a mulher] contribuído para a subsistência de sua família e para criar riqueza social” (p. 32). Uma afirmação dessa magnitude, dadas as suas repercussões históricas, não é feita sem contexto. À medida que descreve como os sistemas de trocas desde sempre se beneficiaram do trabalho das mulheres, a autora estabelece, na verdade, as condições que lhe são necessárias para analisar as origens da naturalização de inferioridade e dependência do sexo feminino, inicialmente pela tradição que acompanha o patriarcado, e depois, pela atualização desta tradição pelo capitalismo.

Sobre as economias pré-capitalistas, notadamente aquelas anteriores à revolução agrícola e industrial, Saffioti (1976a) retrata um cenário de oportunidades. Nos campos e manufaturas, nas minas e lojas, nos comércios e nas oficinas, a força de trabalho da mulher foi empregada nas mais diversas atividades produtivas: não só tecia, como também fiava e fermentava cerveja; mesmo encarregada de todas essas atividades, insiste a descrição da autora, à mulher também era atribuída a responsabilidade pelas tarefas domésticas. Quer fosse no espaço interno restrito à casa, quer fosse na cena pública, as mulheres contribuía, tanto quanto lhe permitissem, com a economia de seu tempo.

No período de decadência do feudalismo, que marca a ascensão dos burgos na Inglaterra medieval, o casamento com um membro das guildas mercantes concedia às mulheres os direitos e os privilégios de seus maridos, figurando como sua sócia ou coadjuvante (SAFFIOTI, 1976a). Podiam, inclusive, engajar-se nesse tipo de comércio independentemente de seus cônjuges; e na ocasião de seu falecimento, herdavam os negócios com direito à administração como bem decidissem fazê-la (SAFFIOTI,

---

<sup>3</sup> Daqui em diante apenas *A mulher na sociedade de classes*. Escrita entre 1966 e 1967 e publicada em 1969, a obra é fruto da pesquisa que Saffioti realizou com trabalhadoras têxteis e professoras de séries primárias, da qual resultou sua tese de livre-docência para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara da UNESP (BEZERRA, 2013; SORJ; ARAUJO, 2021).

1976a). A guilda mercante, todavia, tinha suas regras: era um sistema de trocas fechado para as mulheres que não fossem autorizadas por seus maridos. Assim, raramente se encontravam mulheres aprendizes ainda solteiras, ao passo que eram habituais os casamentos com agiotas, proprietários de papelarias e navios, vendedores de livros, donos de lojas e fornecedores de roupas para o exército e a marinha (SAFFIOTTI, 1976a). Em ambos os marcos históricos, vale notar, Saffioti (1976a; 1976b) pretende ressaltar o enquadramento dessa pretensa liberdade feminina na esfera do trabalho: além de limitadas às atividades comerciais, as mulheres permaneciam necessariamente submissas à tutela de um homem, na grande maioria das vezes, o marido. As realizações pessoais de qualquer mulher, incluíam, necessariamente, o regime do casamento. Essa instituição social não só consolidava uma posição social, como servia de garantia de estabilidade futura ou prosperidade econômica. “Isto equivale a dizer que, afora as que permaneciam solteiras e as que se dedicavam às atividades comerciais, as mulheres, dada sua incapacidade civil, levavam uma existência dependente de seus maridos” (SAFFIOTTI, 1976a, p. 32). Essa condição tanto se aplicava às classes ociosas, nas quais a mulher dependia econômica e inteiramente do homem, quanto para as camadas vistas como trabalhadoras, nas quais a obediência se impunha como uma norma ditada pela tradição. Ao que tudo indica, tirava-se proveito da existência das mulheres de duas formas: pela extensa colaboração que ofereciam na esfera trabalho, mas também pelo comportamento expressamente submisso que as sociedades patriarcais entendiam ser característico da mulher em relação ao chefe da família (SAFFIOTTI, 1976a; 1976b).

Essa é a trama de relações na qual se fundamenta a afirmação inicial de Saffioti, que ao longo dessa obra resultará em uma outra mais circunscrita no tempo, embora mais taxativa: nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente inferior ao homem, a participação da mulher no sistema produtivo desempenhou um relevante e necessário papel econômico (SAFFIOTTI, 1976a).

Saffioti é uma autora conhecida por suas contribuições para os estudos de gênero no Brasil. Escrito em meados da década de 1960, a despeito do regime político e do cenário acadêmico poucos favoráveis<sup>4</sup>, *A mulher na sociedade de classes*

---

<sup>4</sup> O regime político imposto pela Ditadura Militar, somado à dificuldade de acesso ao material bibliográfico, foram elementos dificultadores para a realização da pesquisa da autora. Para uma

assume como ponto de partida a hipótese de que a condição de subordinação das mulheres, especialmente nas sociedades capitalistas, está diretamente relacionada com a opressão de classe. O argumento de Saffioti é ambicioso: não só pretende circunscrever os mecanismos através dos quais o fator sexo marginaliza as mulheres nessas sociedades, como busca estabelecer as raízes dessa marginalização. Ainda mais interessante é o fato de que o trabalho da autora não se encerra nos limites da história dos sistemas econômicos; Saffioti, na verdade, vai além, tomando uma posição a respeito das construções sociais identificadas com os achados da antropologia em geral, e aquelas elaboradas pela psicanálise freudiana em particular.

Uma coisa é certa: não é de hoje que Freud é duramente criticado pela ênfase conferida à anatomia em suas concepções sobre a diferença entre os sexos<sup>5</sup> – não sem razão, dentro ou fora dos meios psicanalíticos, os debates costumam ser acalorados: a pretensa universalidade do complexo de castração, que carece de fundamentação histórica e antropológica, bem como as afirmações sobre os destinos do complexo de Édipo, no qual a mulher está fadada a procurar um substituto para algo que nunca teve, figuram entre os temas mais frequentemente debatidos. As críticas, no entanto, não tornam a obra de Freud menos influente. Pelo contrário, Saffioti inclusive reconhece textualmente a importância da psicanálise no rol das ciências do século XX<sup>6</sup>. Muito embora seja necessário considerar o contexto predominantemente patriarcal no qual as ideias de Freud se desenvolveram, cabe revisita-las; não pelo afã da crítica desenfreada, e sim, pelas repercussões antropológicas e sociais de suas concepções metapsicológicas, bem como pela possibilidade de ler o arcabouço teórico da psicanálise a partir de outras perspectivas.

---

discussão sobre o tema, conferir a entrevista realizada com a participação de Saffioti e publicada por Gonçalves e Branco (2011).

<sup>5</sup> Sobre esse debate, recomendamos os trabalhos de Ayouch (2014), Costa (1995) e Pombo (2018).

<sup>6</sup> Nas palavras da autora: “Talvez nenhuma outra teoria científica tenha exercido tanta influência sobre as ideias correntes nas últimas duas ou três décadas quanto a Psicanálise. A Literatura, a Arte, a Filosofia, a Psiquiatria, a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia contemporâneas trazem indubitavelmente sua marca profunda. As ciências pedagógicas e até mesmo os juízos do senso comum foram penetrados pelos conceitos psicanalíticos. [...] O conhecimento das origens assume, não somente nas sociedades arcaicas mas também nas chamadas civilizadas, um notável valor existencial. O desejo de conhecer a origem das coisas caracteriza inegavelmente a sociedade ocidental, o que se revela através de numerosas tentativas levadas a efeito nos séculos XVIII e XIX no que concerne à origem do universo, da vida, das espécies do homem, da sociedade, da religião, da linguagem e das demais instituições humanas. No século XX, uma grande inovação é introduzida na pesquisa das origens do estado já formado num setor das ciências humanas. Com efeito, a Psicanálise efetua um deslocamento do eixo das pesquisas científicas das origens, centrando suas buscas não na história das sociedades, mas no nível da história da vida das pessoas” (SAFFIOTI, 1976a, p. 290).

Não se trata, aqui, de amenizar as limitações da obra de Freud, e sim de avaliar o alcance das suas propostas sem perder de vista algo que Saffioti pode nos ensinar: são diversos os mitos que podem ser legitimados em nome das construções teóricas da ciência. A estabelecimento gradativo desse diálogo entre os autores constitui, portanto, o objetivo principal do ensaio teórico que pretendemos desenvolver.

Nosso ponto de partida será a abordagem do argumento de Saffioti a respeito da formação da sociedade de classes no capitalismo, em especial o lugar de subordinação das mulheres nas relações de trabalho. A construção histórica desse lugar reflete uma série de práticas econômicas desenvolvidas pelos sistemas anteriores ao capitalismo. Em seguida, retomaremos o debate sobre a subordinação do sexo feminino a partir da perspectiva da constituição psíquica, na qual se sobressaem a teoria da sexualidade freudiana entendida com base no complexo de castração e o de Édipo. Por fim, faremos um comentário de síntese a respeito desse diálogo entre Saffioti e Freud.

## **2 Diferença sexual, trabalho e capitalismo**

As funções subalternas restritas aos comércios menores, o lugar comum das atividades domésticas, ou, então, a dificuldade de acesso às guildas mercantes para as mulheres solteiras, são determinantes históricos importantes. A cadeia produtiva necessária ao sistema feudal, e notadamente para o desenvolvimento da economia de burgo – que prepara o advento do modelo de produção urbano e fabril – estabelece, gradativamente, uma posição de inferioridade reiterada na esfera do trabalho (SAFFIOTI, 1976a). Mas não somente: essa posição de desigualdade determinava, entre outras condições, a subordinação das capacidades produtivas das mulheres à figura do homem que a tutelava, e que assim consentia com a sua participação econômica. Da mesma forma, com o surgimento do capitalismo, e todas as promessas de igualdade jurídica que aparentavam ser um indicador seguro de igualdade social, o processo de marginalização das mulheres nesse sistema de trocas não foi amenizado (SAFFIOTI, 1976b).

Ilustrativa dessa marginalização, diz Saffioti (1976a), é a permanência da divisão sexual do trabalho, na qual o sexo, construção histórica de longa data, opera, uma vez mais, como fator de discriminação. É certo que a autora não desconsidera

que o capitalismo se mostra como um sistema mais maleável, criando e fomentando condições para que ocorram mudanças em certas instituições mais tradicionais, como é o caso da família. Por outro lado, isto não a impede de questionar se, para a mulher, vista como dependente e submissa na ordem natural dos sexos, o capitalismo viabiliza sua integração social, ou se dissimula uma nova relação de submissão, na qual a subordinação ao marido se projeta na própria exigência de produção e acúmulo do capital (SAFFIOTI, 1976a). Do ponto de vista mais geral da organização das condições de trabalho, foram diversas as consequências do processo de urbanização que acompanhou as revoluções industriais: não só retirou do campo um contingente significativo da mão de obra rural, como fragilizou as bases da organização da fabricação doméstica e do artesanato independente; fomentou ainda o assalariamento em massa dessa mão de obra, separando o trabalho e a posse dos instrumentos necessários ao seu desenvolvimento (SAFFIOTI, 1976a). Para as mulheres, mais especificamente, as novas condições de trabalho beneficiaram a ascensão do capitalismo em três grandes frentes: pela extensão da jornada de trabalho, da qual se seguiu a intensificação das atividades produtivas, e pelo pagamento de salários inferiores aos dos homens (SAFFIOTI, 1976a; HARTMANN, 1976).

Que a origem do capitalismo é contada de muitas formas, isto é algo aceito pelos trabalhos que se ocupam da história dos sistemas de trocas. Mas, apesar das divergências entre as narrativas, especialmente em relação às interpretações dadas à transição do feudalismo<sup>7</sup>, duas condições mais distintivas costumam caracterizar a política econômica e a organização social próprias do capitalismo. A primeira, diz respeito ao movimento de apropriação privada dos meios de produção – trata-se, em geral, da concentração das terras, das ferramentas necessárias ao trabalho, e notadamente do capital por um mesmo e único grupo social. Já a segunda, aponta uma nova divisão de classes: uma que detém os meios de produção, mais conhecida como *burguesia*; e uma outra que, desprovida destes recursos, comercializa sua força de trabalho para sobreviver, o *proletariado* (BEUAD, 1987; REZENDE FILHO, 2010).

---

<sup>7</sup> Os estudos a respeito da transição do feudalismo para o capitalismo deram origem à inúmeras interpretações, muitas delas radicalmente distintas entre si, indicando, inclusive, concepções de História diversas. Saes e Saes (2013) comentam que, “Por vezes, esses conceitos – feudalismo e capitalismo – sequer são mencionados, embora a realidade histórica em foco seja a mesma: a economia e a sociedade da Europa Ocidental entre os séculos XIV e XVIII. Mesmo sem referência a feudalismo e capitalismo, a questão central, na maior parte das vezes, está em determinar as “forças” que movem a sociedade de uma forma de organização em direção à outra (ou, simplesmente, as forças que promovem as mudanças na economia)” (p.123).

Na medida em que essas condições nos introduzem à hierarquia do sistema econômico inaugurado pelo capitalismo, somos apresentados, como que na contramão, à ilustração de uma organização social que favorece, ao mesmo tempo que promove, a continuidade dessa economia. Estabelecem, ainda, uma complexa rede de relações de produção em massa e consumo incentivado, na qual a obtenção do excedente econômico necessário à consolidação do capitalismo se encontra, desde o princípio, duplamente garantida.

Em parte, esse excedente deriva da própria produção das mercadorias, uma vez que o valor pago em forma de salário ao produtor pela sua força de trabalho é diferente do valor de venda das mercadorias que essa mesma força de trabalho produziu (BEAUD, 1987; REZENDE FILHO, 2010). À essa diferença o Marx (1996) convencionou chamar de *mais valia*, tornando públicas as barganhas desse sistema econômico: se comparado ao preço cobrado pelo produto final, o cálculo do salário recebido pelo trabalho realizado corresponde, na verdade, ao necessário para garantir a reprodução do processo de produção. Por outra parte, o consumo da produção institui a via complementar de obtenção desse excedente. Aqui, os membros das classes sociais, incluindo o proletariado, são vistos como agentes sem qualquer participação no lucro da comercialização das mercadorias; e mais: a estes agentes se impõe o preço estabelecido pelo mercado em vez valor de produção (REZENDE FILHO, 2010). Essa dupla origem de extração do excedente econômico, com efeito, evidencia as razões pelas quais o proletariado é tido como uma classe trabalhista juridicamente livre e materialmente despossuída dos meios de produção: é preciso oferecer razões para essa classe social produzir e, ao mesmo tempo, incentivar a necessidade de consumir para sobreviver.

Um dos grandes impasses apontados por Saffioti (1976a) nesse modo de produção é o de que essas determinações econômicas do capitalismo, particularmente as formas de dominação do proletariado pela burguesia, excedem a ordem das relações de trabalho. Se sobrepõem de tal maneira que as construções históricas e sociais se transformam em limites naturais; aos grupos étnicos minoritários prescrevem-se impossibilidades, e ao sexo há muito visto como subalterno reforçam-se as inferioridades. Com isso, diz a autora, a política econômica do capital faz desviar da própria divisão de classes a responsabilidade pela origem e manutenção dessas limitações; desse ponto de vista, é a própria decisão da natureza

que sela o destino desses grupos, e não o isolamento provocado por uma estrutura que justifica e legitima desvantagens nas relações de trabalho para manter a hierarquia dos interesses individuais (SAFFIOTI, 1976a). Mais que explicitar os fatores que promovem a divisão da sociedade em classes, o capitalismo faz uso da tradição em benefício próprio: justifica pela inferioridade histórica da mulher as condições de sua marginalização efetiva ou potencial do sistema produtivo de bens e serviços. Essa é precisamente a conclusão pretendida pela crítica de Saffioti (1976a): a condição de subordinação das mulheres está diretamente relacionada com a opressão de classe.

Essa conclusão organiza, ao mesmo tempo que encaminha, a tomada de posição da autora em relação aos mitos legitimados pela antropologia em geral, e pela psicanálise freudiana em particular, sobre a natureza tipicamente inferior e subordinada das mulheres. Mas, em vez das críticas acaloradas de costume, nos parece ser possível um outro movimento: analisar o argumento de Freud mais de perto sem com isso tomar partido; apresentar seus limites, mas, também, as suas contribuições, ainda que possam vir a colocar em cheque as próprias concepções do autor.

### **3 Diferença sexual, angústia de castração e os destinos do Édipo**

Sobre as contribuições feitas pela psicanálise à moral social, Saffioti (1976a) se posiciona: “ao atribuir um peso considerável aos fatores sexuais na personalidade humana, abriu um novo campo à ciência, que assim penetrava num terreno até então considerado tabu pela sociedade”. O que torna essa abordagem dos fatores sexuais problemática, complementa logo em seguida, é “a tentativa de Freud de buscar nos fatores anatômicos a explicação dos traços psicológicos da mulher” (p. 291). O fato de a autora reconhecer, expressamente, o caráter revolucionário da teoria freudiana da sexualidade não ameniza o problema em torno do recurso epistêmico à biologia, que, intencionalmente ou não, haveria conduzido à reafirmação de limites pretensamente naturais inerentes às mulheres. “Ao responsabilizar os fatores constitucionais pelas características assumidas pela personalidade feminina numa certa época histórica”, diz Saffioti, a psicanálise “não faz senão tornar absoluto, nos dados palpáveis da biologia, um sistema de valores cujo sentido só tem existência no tempo histórico” (SAFFIOTI, 1976a, p. 291).



Nisto consiste, em linhas gerais, as razões pelas quais do ponto de vista da autora a teoria concebida por Freud, especialmente no que se refere à universalidade pretendida pelos complexos de castração e de Édipo, reforça a condição desvantajosa das mulheres numa sociedade que exige, para sua construção histórica, a colaboração do elemento feminino. De fato, o apelo à biologia, nesse contexto traduzido pelas determinações da anatomia dos sexos, é problemático.

O complexo de castração adota um pressuposto de base: o primado do pênis nos dois sexos. Este costuma ser, aliás, o ponto de partida de boa parte das críticas endereçadas à Freud, notadamente quando considerada a significação narcísica atribuída à fantasia de castração: “já na infância o pênis é a zona erógena orientadora, o principal objeto sexual autoerótico, e é lógico que a alta estima de que goza se reflete na incapacidade de se representar uma pessoa semelhante a si mesmo sem esse ingrediente essencial” (FREUD, 1908/1992, p. 192, tradução livre). Do ponto de vista da organização sexual infantil, essa tentativa de responder ao enigma da diferença anatômica está situada nos desdobramentos da fase fálica<sup>8</sup>, na qual “há certamente algo masculino, mas não algo feminino; a oposição é: genital masculino, ou castrado (FREUD, 1923/1992b, p. 149, tradução livre). Nesse momento, o falo é considerado um elemento essencial para a constituição da imagem do eu; qualquer ameaça a ele coloca em perigo, radical e irremediavelmente, a sobrevivência dessa imagem (LAPLANCHE; PONTALIS, 1991; ROUDNESCO; PLON, 1998). Daí que o objeto da castração assuma igual importância para ambos os sexos, e que a pergunta que caracteriza esse enigma, para o qual a resposta figura o grande impasse, também seja a mesma: ter ou não ter falo<sup>9</sup>?

A gênese desse complexo, no entanto, dependeria da constatação empírica pela criança da diferença anatômica, a qual cumpre a função de atualizar uma experiência de ameaça precedente que pode ter sido real ou o resultado de uma

---

<sup>8</sup> Caracteriza o momento da organização infantil da libido posterior às fases oral e anal, isto é, no qual ocorre a unificação das pulsões parciais sob o primado dos órgãos genitais. Nela a angústia de castração é predominante, corresponde ao momento de declínio do complexo de Édipo (ROUDINESCO; PLON, 1998).

<sup>9</sup> Na literatura psicanalítica contemporânea, notadamente a partir dos trabalhos de Lacan, tem sido cada vez mais comum a distinção dos termos “pênis” e “falo”; o primeiro designaria o órgão masculino na sua materialidade corporal, já o segundo colocaria em evidência o seu valor simbólico. Do ponto de vista abordagem freudiana, o primado do falo para os dois sexos, entendido como pênis, se daria pelo fato de que a criança do sexo feminino ignoraria a existência da vagina (LAPLANCHE; PONTALIS, 1991).

fantasia (LAPLANCHE; PONTALIS, 1991). Se, para o menino, o agente da castração é personificado na imagem do pai; no caso da menina, o cenário é mais nebuloso: ela se sente, talvez, mais privada do pênis pela própria mãe, que assim como ela não o tem, do que efetivamente pela figura do pai castrador. Daqui em diante, os destinos desse complexo caminham em direções opostas: a angústia de castração inaugura, para a menina, o movimento de busca que a leva a desejar o pênis; caracteriza, portanto, o momento de entrada no complexo de Édipo. No menino, em contrapartida, conduz ao declínio desse complexo, isto é, à interdição do objeto materno com a qual tem início o período de latência e a formação do superego (FREUD, 1924/1992). Esta seria, por assim dizer, a descrição da forma positiva do conflito edipiano, a qual o próprio Freud reconheceu tratar-se de uma perspectiva simplificada da experiência: “o menino não só tem uma atitude ambivalente em relação ao pai, e uma escolha de objeto terno em favor da mãe, mas também se comporta”, complementa logo em seguida, “como uma menina: ele mostra a atitude terna feminina em relação ao pai, e a correspondente atitude ciumenta e hostil em relação à mãe” (FREUD, 1923/1992a, p. 35, tradução livre). Freud reconhecia haver uma série de casos mistos, nos quais as formas positivas e negativas do complexo de Édipo coexistiriam em uma espécie de relação dialética, cabendo ao analista saber manejar as posições ternas e hostis que os pacientes adotam na tentativa de solucionar os impasses que acompanham este complexo.

É certo que não se trata, aqui, de uma vivência psíquica redutível a uma situação real, como seria na ocasião de alguma influência efetivamente exercida, sobre a criança, pelo casal parental (LAPLANCHE; PONTALIS, 1991). Se é possível supor qualquer forma de organização psíquica derivada do conflito edipiano, isto se dá do ponto de vista da intervenção simbólica representada pela interdição do acesso à satisfação naturalmente procurada, que assim estabelece limites ao desejo criança.

Mas, vale retomar, uma vez mais, o argumento da angústia de castração: enquanto para o menino a angústia da castração fomentada pela imagem do pai é a causa da renúncia ao objeto de amor incestuoso, levando ao desfecho final do complexo de Édipo; para a menina, é a angústia de castração o agente que torna possível e a introduz no conflito edipiano, para o qual, neste caso em particular, “a renúncia ao pênis não será tolerada sem uma tentativa de reparação” (FREUD, 1924/1992, p. 186, tradução livre). Ora, somente a centralidade conferida à anatomia

masculina poderia justificar, para as meninas e mulheres, o risco de ser privada de algo que nunca se teve. Sobre esse desfecho particular do Édipo, Freud conclui dizendo: “a menina desliza – por meio de uma equação simbólica, poderíamos dizer – do pênis ao filho; seu complexo de Édipo culmina no desejo há muito nutrido de receber um filho do pai como um presente, de dar-lhe um filho” (FREUD, 1924/1992, p. 186, tradução livre). Desse ponto de vista, é difícil saber em que momento o declínio do complexo ocorre para o sexo feminino; o que se pode dizer é que ao destino do menino é dada a chance de se libertar da identificação amorosa com a mãe e, por essa via, constituir um superego. Esta mesma oportunidade, no entanto, não é oferecida à menina, visto que pela castração se impõe a ela como uma sentença consumada não haveria razões para superar o complexo de Édipo, e assim ter a mesma sorte que o sexo oposto. Mas não somente! A compensação simbólica que lhe resta, ao que tudo indica, se dá pela via da maternidade, uma função histórica e socialmente bastante explorada a partir do trabalho das mulheres na economia familiar. A rigidez do argumento freudiano acaba por evidenciar o quanto necessária é a tomada de posição de Saffioti em relação à mística da ciência em torno da natureza das mulheres – sempre descrita e avaliada em comparação com as virtudes físicas e os méritos psíquicos do sexo oposto.

A pretensão de universalidade desse complexo exige de Freud uma explicação acerca das circunstâncias que asseguram a sua ocorrência; afinal, não há garantia de que o menino sofrerá ameaças em relação ao pênis, e no caso das meninas, é difícil conceber que ela poderia sentir-se ameaçada por ser privada daquilo que nunca teve. Há, com efeito, outras concepções menos radicais do ponto de vista da primazia do pênis que caracteriza a abordagem freudiana, e que buscam situar numa realidade mais ampla e factível a origem e os desdobramentos do complexo de castração.

Na contramão dessas dificuldades, Laplanche e Pontalis (1991), por exemplo, argumentam em favor de certas experiências psíquicas de natureza traumática nas quais o elemento da perda, da separação de um objeto, também são determinantes: é o caso do seio na ocasião da amamentação, o próprio desmame que se impõe pela maturação orgânica, e a relação com as fezes no ato de defecação. Os trabalhos de Stârcke (1921) sobre o complexo de castração são outra uma alternativa à posição freudiana, que concebe a experiência da amamentação e da retirada do seio como modelo para uma castração primária, que se atualiza a cada nova amamentação até

culminar no desmame propriamente dito. Nesse movimento que pretende situar a castração em uma experiência originária efetivamente vivida, também vale mencionar a tese de Rank (1999), segundo a qual o trauma do nascimento e as reações físicas que acompanham essa separação física da mãe estabeleceriam o protótipo de toda forma de representação psíquica futura de angústia. À medida que Freud discute a tese de Rank em *Inibição, sintoma e angústia*, é evidente a sua tentativa de circunscrever os fundamentos da angústia de castração, cuja origem psíquica seria o resultado de uma experiência de separação brusca – da perda do objeto narcisicamente valorizado, a mãe – ainda no início da primeira infância (Freud, 1926[1925]/1992). Se é verdade que Freud não ignora a existência de possíveis relações entre o complexo de castração com outras vivências de natureza traumática, e até mesmo reconhece suas raízes nos eventos da separação oral e anal; em contrapartida, segue afirmando uma orientação semelhante: “mesmo admitindo todas aquelas raízes do complexo, apresentei a alegação de que o nome ‘complexo de castração’ se limita às excitações e efeitos relacionados com a perda de pênis” (FREUD, 1909/1992, p. 9, tradução livre <sup>10</sup>).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São significativas as repercussões da afirmação inicial que tomamos de empréstimo de Saffioti: a marginalização histórica das mulheres nas relações de trabalho, e, da mesma forma, a naturalização da sua condição de subordinação em relação aos homens que as tutelavam, não diminuem, ou sequer relativizam, a importância da sua força de trabalho para a emergência e consolidação dos sistemas de trocas. No campo, no comércio e nas atividades domésticas as mulheres desempenharam funções produtivas diversas, todas elas necessárias aos modos de produção pré-capitalistas e à economia de burgo, que estabeleceram certas condições para que a ascensão do capitalismo fosse possível.

O casamento, ao que tudo indica, foi a profissão mais bem sucedida e socialmente aceita para a sexo feminino no contexto dessa, no qual se achavam sujeitas à uma condição de exploração: fora da cena doméstica, consentiam e

---

<sup>10</sup> Essa passagem se encontra, mais especificamente, em uma nota de rodapé acrescentada em 1923 ao manuscrito no qual Freud analisa o caso do pequeno Hanns.

colaboravam com as determinações do trabalho estabelecidas por seus maridos; e pela mesma tradição que legitimava a autoridade do casamento, se submetiam às exigências das funções de esposas e donas de casa. Na somatória final, o casamento e as mulheres que os protagonizavam pareciam constituir um negócio bastante lucrativo: havia boas razões para fazer dessa condição histórica e socialmente imposta e instituída um destino selado pela natureza pretensamente inferior e subordinada típica do sexo feminino.

O capitalismo, por sua vez, não esteve alheio a essa herança firmada pelos sistemas econômicos que o antecederam. No cenário das revoluções industriais, notadamente o da produção fabril emergente, se impôs a necessidade de um maior contingente de mão de obra; desde, é claro, que o custo da produção não excedesse a mais valia obtida com a exploração da força de trabalho. Do ponto de vista da extensão da jornada de trabalho, e da conseqüente intensificação das atividades produtivas, essas foram condições impostas pelo capitalismo emergente aos homens e às mulheres. No caso destas últimas, no entanto, se acrescentava uma distinção importante: a sua força de trabalho, embora necessária, valia menos, e o salário inferior refletia essa determinação. A opressão de classe, pode-se dizer, não foi homogênea.

Até aqui, o debate se situa nos limites de uma história econômica delimitada no tempo e no espaço, assim como na compreensão dos valores e das tradições que acompanharam suas formações sociais. A construção desse lugar naturalmente marginal, no entanto, também contou com as afirmações da ciência sobre as mulheres: a pretensa neutralidade da biologia e da anatomia dissimularam a intencionalidade dos mitos fundados com base nesses saberes. É precisamente aqui, na avaliação dessas narrativas científicas, que se situa o valor da interlocução entre Saffioti e Freud.

Que as afirmações de Freud sobre o desenvolvimento sexual infantil são problemáticas, especialmente no que se refere ao desfecho do complexo de Édipo para as mulheres, é algo evidenciado pelo texto do autor. Nesse ponto, a leitura de Saffioti nos parece ser, uma vez mais, necessária: não foi a anatomia o fator determinante das realizações materiais e psíquicas das mulheres, e sim as condições sociais que desde sempre se impuseram à sua existência histórica. Embora a teoria freudiana nunca tenha sido alheia à história das formações sociais e de suas

tradições, a representação das mulheres concebida por ela parece não ter se atentado para essa influência, a da história, em suas próprias formulações. Isto não quer dizer, todavia, que as contribuições teóricas e práticas feitas por Freud em outras esferas devam ser ignoradas. Como qualquer outro projeto de ciência, a psicanálise não é outra coisa senão o resultado do contexto de uma época, que inevitavelmente espelha em suas teses as tradições que acompanham as formações sociais que lhes são contemporâneas. Embora a teoria da sexualidade exerça uma função estrutural e estruturante no pensamento de Freud, a amplitude desse tema não se encerra nos impasses da feminilidade. Não podemos perder de vista o fato de que na base dessa teoria reside toda uma compreensão sobre a dinâmica da vida anímica, cujos processos se realizam, invariável e necessariamente, a partir dessas experiências de prazer e desprazer, presença e ausência, que são evidenciadas pela análise dos complexos.

Se pudermos olhar para as afirmações de Freud considerando as suas limitações como parte da própria estrutura das hipóteses científicas, talvez a avaliação da fundamentação das suas concepções nos permita estabelecer um diálogo, em do confronto com os discursos que lhe fazem oposição. É precisamente nessa possibilidade que nos parece estar circunscrita a potência diálogo entre posições distintas que buscamos construir ao longo desse ensaio.

## REFERÊNCIAS

AYOUC, T. A diferença entre os sexos na teorização psicanalítica: aporias e desconstruções. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 48, n. 4, p. 58-70, 2014. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0486-641X2014000400006#:~:text=A%20diferen%C3%A7a%20entre%20os%20sexos%20%C3%A9%20totalmente%20fraca%2C%20afirma%20Freud,insuficiente%2C%20entre%20atividade%20e%20passividade.](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2014000400006#:~:text=A%20diferen%C3%A7a%20entre%20os%20sexos%20%C3%A9%20totalmente%20fraca%2C%20afirma%20Freud,insuficiente%2C%20entre%20atividade%20e%20passividade.)>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

BEAUD, M. *História do Capitalismo: de 1500 até nossos dias*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BEZERRA, E. A originalidade do pensamento de Heleieth Saffioti na análise crítica sobre a condição da mulher na sociedade capitalista. *Lutas sociais*, v. 17, n. 31, p. 170-173, 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25734> >. Acesso em: 14 de outubro de 2022.

COSTA, J. F. A construção cultural da diferença dos sexos. *Sexualidade, Gênero e Sociedade*, v. 2, n. 3, p. 3-8, 1995. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/parlamento\\_jovem/2012/docs/construcao\\_cultural\\_diferenca\\_sexos.pdf](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/parlamento_jovem/2012/docs/construcao_cultural_diferenca_sexos.pdf)>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

FREUD, S. Sobre las teorías sexuales infantiles. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud*. Vol. IX. Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1908/1992, p. 183-204.

FREUD, S. Análisis de la fobia de un niño de cinco años. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud*. Vol. X. Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1909/1992, p. 1-118.

FREUD, S. El yo y el ello. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud*. Vol. XIX. Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1923/1992a, p. 1-66.

FREUD, S. La organización genital infantil (Una interpolación en la teoría de la sexualidad). In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud*. Vol. XIX. Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1923b/1992, p. 141-150.

FREUD, S. El sepultamiento del complejo de Edipo. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud*. Vol. XIX. Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1924/1992, p. 177-188.

FREUD, S. Inhibición, síntoma y angustia. In: FREUD, S. *Obras completas de Sigmund Freud*. Vol. XX. Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1926[1925]/1992, p. 71-164.

GONÇALVES, R.; BRANCO, C. Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”. *Lutas Sociais*, s-v., n. 27, p.70-81, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18768>>. Acesso em: 19 de outubro de 2022.

HARTMANN, H. Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex. *Signs*, v. 1, n. 3, p. 137-169, 1976. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3173001>>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARX, K. *O Capital* – [livro I – Crítica da economia política: o processo de produção do capital]. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

POMBO, M. Diferença sexual, psicanálise e contemporaneidade: novos dispositivos e apostas teóricas. *Rev. Latinoam. Psicopatol. Fundam.*, v. 21, n. 3, p. 545-567, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/xtPFdw7Dz7hzqbbrsnZZJjm/?lang=pt>>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

RANK, O. *The trauma of birth*. New York: Routledge, 1999.

REZENDE FILHO, C. B. *História econômica geral*. São Paulo: Contexto, 2010.

ROUNDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SAES, F. A. M.; SAES, A. M. *História econômica geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976a.

SAFFIOTI, H. I. B. Trabalho feminino e capitalismo. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 1, s-n., p. , 1976b. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1488> >. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

SORJ, B.; ARAUJO, A. B. A mulher na sociedade de classes: um clássico dos estudos de gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n. 1, p. 1-16, 2021.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ref/a/tTHFXYgr6yBqngdkSYdxFds/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 13 de outubro de 2022.

Stärcke, A. The Castration Complex. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 2 p. 179-201, 1921. Disponível em: <

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00207578.2021.2013725>>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.